

“In memoriam”

Jorge Guerreiro Vicente

José Manuel Pedroso da Silva e Paulo Morais-Alexandre

Académicos Fundadores da Academia Lusitana de Heráldica*

Introdução

A notícia do falecimento do coronel Jorge Guerreiro Vicente chegou em data francamente posterior à sua morte, sendo um choque para nós seus amigos, mas foi também uma muito triste novidade para todos os que se dedicam ao estudo da Armaria. Podemos desde já afirmar que, com o falecimento deste oficial, a Ciência Heráldica perdeu um dos seus mais relevantes cultores no século XX, pelo que importa registar a enorme contribuição deste Heraldista para a imagem e, logo, para o prestígio do Exército Português, algo que sempre o norteou.

Cumpre, pois, lembrar aqui o percurso como heraldista do coronel Jorge Guerreiro Vicente, o oficial que dirigiu o Gabinete de Heráldica do Exército entre 1979 e o final de 1992, referindo algumas das armas que ordenou não só para o Exército, mas também para vários outros organismos.

Pequena biografia

Jorge Alberto Guerreiro Vicente nasceu em Évora a 11 de Outubro de 1925.

A sua passagem pelo ensino secundário foi algo errante já que ia acompanhando as colocações do pai, também ele oficial do

Exército, tendo estudado sucessivamente em vários liceus. Realizaria então os Estudos Preparatórios na Universidade de Coimbra. Em 1945 foi aceite na Escola do Exército, onde concluiu o Curso de Cavalaria, sendo o tirocínio realizado na Escola Prática da respectiva arma, nesse tempo instalada em Torres Novas. A sua primeira colocação como oficial foi em Lisboa no Regimento de Cavalaria n.º 7.

Relativamente às funções que ao longo da carreira lhe foram cometidas, exerceu, entre outras, as de chefe de gabinete do general Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, foi Chefe da 3.ª Repartição, do Comando Territorial Independente da Guiné, Chefe do Estado-Maior da Região Militar de Tomar e Chefe do Estado-Maior da Região Militar de Angola, nessas funções permanecendo até à independência da então província ultramarina, terminando a carreira como militar no activo com a entrega do comando militar de Angola às forças militares da recém independente República Popular de Angola, altura em que passou à reserva. Já em Portugal fez parte da comissão de inquérito aos acontecimentos no *Diário de Notícias*.

O reconhecimento do seu trabalho como militar está espelhado nos muitos louvores que recebeu ao longo da carreira e nas várias condecorações que lhe foram outorgadas, das quais há a destacar a Medalha de Mérito Militar, uma Medalha de Ouro e cinco de Prata de Serviços Distintos, Medalha Dom Afonso Henriques, patrono do Exército e o grau de cavaleiro, posteriormente de oficial e comendador da Ordem Militar de Avis.

* José Manuel Pedroso da Silva: Professor na Universidade Sénior do Montijo; Anterior Diretor do Gabinete de Heráldica do Exército. E-mail: reitoriausenior@mun-montijo.pt; Paulo Morais-Alexandre: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes (CIEBA), Largo da Academia Nacional de Belas-Artes, 1249-058 Lisboa, Portugal; Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Teatro e Cinema, Avenida Marquês de Pombal, 22 B, 2700-571 Amadora, Portugal. E-mail: pmorais@estc.ipl.pt.

Da chegada à Direcção do Serviço Histórico-Militar à chefia do Gabinete de Heráldica do Exército

Integrou a Direcção do Serviço Histórico-Militar para dar apoio à reorganização do Serviço. Aí colocado ficou encarregue de estabelecer o organigrama e redigir o “Regulamento do Serviço”, embora pelas suas mãos passassem várias outras tarefas como o levantamento das datas de acontecimentos marcantes para o Exército.

O interesse do coronel Guerreiro Vicente pela Ciência Heráldica havia nascido muito antes da sua chegada à Direcção do Serviço Histórico-Militar e teria começado pelo empenho no domínio da linguagem do desenho, que praticava desde os tempos de Escola e que lhe havia chamado a atenção para a iluminura heráldica. Assim, tinha já adquirido alguma bibliografia na área. Havia inclusivamente já desenhado algumas armas, nomeadamente para o seu esquadrão em Santa Margarida que, embora não aprovadas oficialmente, tinham sido adoptadas e havia sido sua uma proposta para brasão da Arma de Cavalaria, apresentada pelo coronel Ribeiro de Carvalho ao coronel Lacerda Machado no início do ano de 1962, quando este superintendia à Heráldica do Exército, rejeitada por «... só ter representação o cavalo ...»

Quando ingressou na supracitada Direcção foi naturalmente que procurou o convívio com o capitão Paiva Couceiro, à época responsável pelo Gabinete de Heráldica. Das muitas conversas havidas tomou conhecimento do trabalho que o Gabinete produzia e sobretudo do processo de ordenação de armas novas, pelo qual se foi interessando e foi acompanhando. Daqui derivou que, quando o capitão Paiva Couceiro adoeceu, foi substituído interinamente pelo coronel Guerreiro Vicente a quem foi dada a incumbência para se responsabilizar pela continuidade do Gabinete e para «tratar dos papéis da Heráldica». Assumiu efectivamente, desde então, a direcção daquele organismo e com o falecimento do capitão Paiva Couceiro seria nomeado responsável pelo Gabinete de Heráldica do Exército.

As primeiras armas criadas

Ainda antes da nomeação, surgiu o pedido de armas para o Ministro da Defesa Nacional de que resultariam as primeiras armas concebidas de raiz pelo coronel Guerreiro Vicente, depois iluminadas por um desenhador que era enfermeiro da Cruz Vermelha Portuguesa, de nome Pedro Brandão de Melo. Para esta criação partiu da organização do estandarte do Ministro da Defesa Nacional aprovado em 1952, perdendo-se a bordadura e acrescentando-se o timbre, ficando com a seguinte ordenação:



Escudo – de azul, cinco besantes de prata postos em aspa; Elmo – de prata tauxiado a ouro, forrado de vermelho, de frente; Correia de vermelho perfilada de ouro; Paquife e virol – de azul e de prata; Timbre: dragão sainte de prata lampassado e animado de vermelho; Divisa: num listel branco ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de estilo elzevir, maiúsculas, de negro «OS PORTUGUESES SOMOS DO OCIDENTE».

Iniciava-se então um percurso que havia de durar treze anos e meio e no qual seriam criadas cento e vinte e seis armas

para organismos do Exército Português, sendo ainda reformadas várias armas já anteriormente aprovadas.

Registe-se ainda que, sob a sua responsabilidade, foi reestruturado e dotado de instalações apropriadas o Gabinete de Heráldica do Exército.

Guerreiro Vicente, Rei d'Armas do Exército

As primeiras armas para o Exército Português

Embora sejam assinadas por si as informações n.ºs 206, 207 e 208, que ordenam respectivamente as armas do Batalhão do Serviço de Material, do Regimento de Artilharia de Costa e o estandarte deste último organismo, as primeiras armas que criou para o Exército seriam efectivamente as do Distrito de Recrutamento e Mobilização de Aveiro.

Eram ordenadas da seguinte forma:

Escudo de púrpura, um pergaminho desenrolado de prata. em pala, ladeado à dextra de um ramo de oliveira de prata, frutado de ouro, em pala. e à sinistra de um gládio com lâmina de prata, guarnecido, empunhado e maçanetado de ouro, incendiado de vermelho, perfilado de ouro, em pala; contrachefe burelado ondado de prata e de azul; Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra; Correia de vermelho perfilada de ouro; Paquife e virol de púrpura e de prata; Timbre: uma gaivota esvoaçante de prata, animada, bicada e sancada de ouro; Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir "PRO RE MILITARI LABORANTES"

Algumas das armas mais significativas ordenadas pelo coronel Jorge Guerreiro Vicente

Das armas que ordenou, muitas, pelas suas características, trouxeram novas realidades à heráldica portuguesa.

Um dos aspectos mais curiosos do trabalho do coronel Jorge Guerreiro Vicente e talvez a forma mais visível como rompeu com a produção anterior do gabinete foi a forma

como procurou diversificar as armas. Estas, até então, de alguma forma, enfermavam do mesmo mal que a heráldica autárquica à época produzida. Tal passou pelo estabelecimento informal no caso da heráldica de domínio de um número relativamente limitado de móveis, como castelos, torres, cachos de uva, maçarocas de milho, espigas, cruces, etc., que depois com pequenas variações eram repetidos até à exaustão. No caso da heráldica do Exército chegou mesmo a existir uma proposta formalizada nesse sentido, oriunda do Instituto Português de Heráldica, muito anterior aliás à existência do Gabinete de Heráldica do Exército, mas curiosamente assinada por Campos e Sousa que viria, enquanto responsável por aquela estrutura, a utilizar o sistema proposto. Na heráldica do Exército repetiram-se espadas, canhões, castelos, torres, bestas, granadas, pelouros, sendo que numa primeira fase se chegou a entender que o próprio número do regimento poderia ser dado através de idêntico número de móveis emblemáticos de determinada arma, o que é visível nas armas dos Regimentos de Artilharia Pesada n.ºs 2 e 3, com duas e três (respectivamente) granadas flamejantes de ouro.

O coronel Guerreiro Vicente jamais rejeitou



O TIMBRE

o trabalho anterior do Gabinete e ordenou até algumas armas com grande influência da metodologia estabelecida por Campos e Sousa, mas no geral procurou armas de maior simplicidade e ao mesmo tempo com maior impacto visual, como o escudo da Casa de Reclusão do Centro, de verde com uma chave dupla antiga, de ouro, com os palhetões para cima em pala.

Soube sempre entrar em diálogo com as entidades a armigerar, aceitando as suas propostas, mas limpando erros e apresentando soluções alternativas, chegando geralmente a consenso e à aprovação de armas que satisfaziam, quer o organismo, quer o heraldista, embora por vezes tenha ordenado armas com cujo resultado não terá ficado satisfeito, o que está espelhado na sua



comunicação *Armas a Contragosto*.

Das armas que ordenou, das mais conseguidas esteticamente, que ao mesmo tempo respeitam a linguagem heráldica medieval, mas inovam e remetem em termos de afinidade visual para os elementos identificativos do organismo a armigerar, são as criadas para a Direcção do Serviço de

Informática do Exército.

O escudo é extremamente simples: de prata semeado de bilhetas de negro, que remete visualmente para os cartões perfurados, utilizados para «... a comunicação e registo de informação...». Por timbre uma zebra de prata e negro estabelecendo uma curiosa relação entre a pelagem daquele animal e o papel contínuo com listas transversais usado nas primeiras impressoras informáticas e frequentemente designado por papel zebra. Trata-se de armas que não fugindo da estrita regra são diferentes de todas quantas até então haviam sido produzidas.

Não pode ser deixado, ainda, de referir um dos timbres mais dinâmicos que ordenou, para um brasão-de-armas tão simples quanto expressivo, trata-se da cabra sainte e rampante de ouro das armas do Hospital Regional Principal n.º 2, em alusão ao



sino da torre da Universidade, com esse nome designado, peça de património absolutamente emblemática da cidade onde o organismo armigerado estava sediado, mas também exemplar relativamente à forma como ordenava armas, privilegiando para



timbre, sempre que possível e adequado, a escolha de um animal, de preferência com pouca utilização na heráldica nacional, o que conferia, desde logo, originalidade às armas.

Um dos conjuntos mais inovadores criados por este heraldista foi o brasão de armas do Depósito Geral de Material de Intendência e a originalidade deve-se em grande parte à utilização do espigueiro que apropriadamente foi escolhido para timbre pois este órgão teve origem no Depósito de Subsistências, localizado no Entroncamento.

Uma das soluções mais criativas e adequadas das armas do heraldista em apreço foram as ordenadas para o Museu Militar de Aljubarrota, onde o dimidiado, que nem sempre resulta, quando não conduz ao desejado equilíbrio e simetria, reúne com grande impacto visual e plástico a Cruz da Ordem Militar de Aviz, representando o mestre daquela Ordem, D. João e a Cruz dos Pereiras simbolizando D. Nuno Álvares Pereira.



A Revisão das “Normas de Heráldica do Exército e Regulamento da Simbologia do Exército”

A portaria “Normas de Heráldica do Exército e Regulamento da Simbologia do Exército” datada de 1969 continha certas disposições pouco exequíveis. Assim, era altura de o substituir por um documento mais pragmático e mais simples: no fundo tornando-o mais funcional.

O projecto de “Regulamento de Heráldica do Exército” surgiria em 6 de Maio de 1985, tendo o CEME despachado favoravelmente esta proposta, mas, atendendo a que este documento deveria ser de «... *grande difusão* ...» e ao facto de a maioria dos militares conhecer muito pouco esta matéria, considerava desejável a existência de um preâmbulo que permitisse aos leigos a compreensão do que era explanado.

Acrescentada a introdução, a aprovação de um reformado regulamento de Heráldica do Exército viria a ser promulgado a 24 de Março de 1987.

Os distintivos do Exército e a utilização de emblemática no uniforme

O processo de criação e adopção de emblemas ou distintivos pelos diferentes organismos não passava pelo Gabinete de Heráldica do Exército, verificando-se alguma anarquia neste campo. Assim, a confusão que presidia à utilização dos diversos distintivos levou a que fosse estabelecido um “Critério de análise de emblemas no Gabinete de Heráldica”. Não se sabe até que ponto este “critério” foi divulgado pelos diferentes organismos do Exército, no entanto verificou-se através das consultas ao Gabinete que este não era cumprido pelos organismos que pediam parecer ao gabinete.

Um memorando do director do Departamento de Instrução do Estado Maior do Exército de 1983 considerava que os militares poderiam usar distintivos referentes a cursos militares, apresentando um elenco dos mesmos e referindo que consolidada esta lista se deveria entrar numa fase de concretização de distintivos, ficando a mesma a «*cargo do Gabinete de Heráldica, em ligação com a Comissão para o estudo do Plano de Uniformes...*», no entanto, jamais tal proposta avançaria e jamais tal incumbência seria dada ao Gabinete de Heráldica. Foram, no entanto, por despacho do Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, aprovadas as “Normas Gerais de Emblemática Militar”, elaboradas por Guerreiro Vicente e onde este tinha apenas que dar parecer relativamente aos distintivos propostos.

Um dos problemas que foi detectado por Guerreiro Vicente foi a existência de um excesso de informação heráldica no uniforme usado pelos militares, já que além dos escudos previstos nos dois regulamentos de heráldica do Exército, a saber o de braço que pode indicar o Exército, Região/Zona Militar ou grande unidade operacional e o de peito, mais pequeno indicativo da unidade, órgão ou estabelecimento, há outros que podiam ser encontrados como os usados na cobertura da cabeça, a cruz do Mérito Militar, dos cursos realizados, sendo que o cinto e os botões eram e são também armoriados, acontecendo o mesmo com os distintivos de posto de sargento-ajudante, sargento-chefe

e sargento-mor que incluem o escudo das armas nacionais.

Assim, Jorge Guerreiro Vicente lutou sempre por uma racionalização da emblemática no uniforme que passava pelo o uso do escudo nacional na cobertura da cabeça, das armas ou serviços nas golas; o escudo da unidade ou organismo no bolso direito do blusão ou camisa e no braço o escudo da Unidade Superior.

A colaboração do Gabinete de Heráldica do Exército com organizações exteriores àquele organismo

Ao longo dos anos em que sobraçou a responsabilidade pelo Gabinete de Heráldica do Exército foram, ao coronel Jorge Guerreiro Vicente, solicitadas diversas colaborações por organismos exteriores ao Exército, a começar pelas primeiras armas que ordenou as do Ministério da Defesa Nacional, mas tendo também ordenado as armas para a Cruz Vermelha Portuguesa e ainda para várias forças de segurança: Polícia de Segurança Pública, onde a intervenção do coronel Jorge Guerreiro Vicente foi extremamente importante tendo ordenado um número significativo de armas, a começar pelo brasão de armas da força. Foi também o autor de várias das armas da extinta Guarda Fiscal, da Guarda Nacional Republicana, estas últimas de forma sistemática e ainda do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Conclusão

Registe-se que o heraldista que hoje relembramos e é homenageado, apesar de ter capacidades de expressão plástica que, como se viu anteriormente, utilizou frequentemente em desenhos preparatórios, foi sempre coadjuvado por José Estevéns Colaço que realizou sempre de forma excepcional as iluminuras das suas ordenações e que inegavelmente trouxe um forte contributo artístico que muito valorizou as criações de Guerreiro Vicente.

Elencar todos os assuntos que permitem ligar a Armaria a Guerreiro Vicente tornaria o presente artigo demasiado extenso, fica por falar a sua faceta de investigador, as armas que ordenou na esfera da Heráldica Eclesiástica, etc.

Por tudo quanto aqui ficou registado, se foi Campos e Sousa quem estruturou a Heráldica do Exército Português, foi, sem dúvida, o coronel Jorge Guerreiro Vicente que lhe deu – com a sua manifesta erudição, bom gosto, rigor e simplicidade – a originalidade que a torna ímpar e participou de forma muito relevante na construção de um dos mais espantosos monumentos heráldicos de todos os tempos.

A este insigne heraldista a nossa muito sentida homenagem.

Que a sua herança seja respeitada, que a memória da sua notável obra jamais se perca, mas que sobretudo o seu exemplo seja seguido.

